

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.185 - MG (2019/0040215-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : REINAN DO CARMO DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por REINAN DO CARMO DOS SANTOS, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – HC n. 1.0000.018.097874-41000.

Na hipótese, o recorrente foi denunciado pela suposta prática da conduta descrita no art. 157, § 3º (2ª parte), c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal. Isso porque, juntamente com dois corréus, *"no dia 19/09/2016, por volta das 13h30, nas proximidades do viaduto que dá acesso ao bairro Cruz Alta, altura do km 869,5, da BR-381, zona rural desta cidade e Comarca de Pouso Alegre-MG, os denunciados, agindo com unidade de desígnios e previamente ajustados, com o emprego de exacerbada violência exercida com uma arma de fogo, subtraíram, para proveito comum, um malote contendo a quantia de R\$ 10.820,00 (dez mil, oitocentos e vinte reais), em cheques, pertencente à 'Rede Dom Pedro de Postos Ltda' e 01(um) aparelho celular modelo Moto G, 3" Geração, pertencente á vítima Benedito Caetano"*, e que, *"objetivando a subtração da res, empregaram extrema violência, eis que, de posse de um revólver calibre 38, o primeiro denunciado - REINAN com a adesão de vontade dos comparsas, desfechou 02 (dois) tiros contra a vítima Benedito Caetano, os quais, por pouco, não o acertaram, não o matando, portanto, por circunstâncias alheias aos seus intentos"* (e-STJ fl. 8)

A denúncia foi recebida em 9/11/2016, com a decretação da prisão preventiva do paciente, porém a prisão só ocorreu em 1/8/2018.

Houve pedido de revogação da prisão preventiva, que foi indeferido.

Contra essa decisão insurgiu-se a defesa.

Entretanto, os desembargadores integrantes da Terceira Câmara

Criminal denegaram a ordem.

Eis a ementa do acórdão (e-STJ fl. 86):

HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO TENTADO - SUSPENSÃO DO PROCESSO E DO PRAZO PRESCRICIONAL - ESGOTADAS AS TENTATIVAS DE CITAÇÃO - DECRETADA A PRISÃO PREVENTIVA - REVOGAÇÃO - PRESENÇA DOS ELEMENTOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. A decretação da custódia cautelar, independentemente de qualquer providência cautelar anterior, apenas deverá ocorrer em situações absolutamente necessárias, a saber, caso se encontre provada a presença dos requisitos do art. 312 do CPP, quais sejam, risco à ordem pública, econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar o cumprimento da lei penal, aliada às circunstâncias do art. 313 do CPP. Se o MM. Juiz fundamenta a decisão com as suas razões de decidir se sustentando em dados concretos dos autos demonstrando a necessidade da segregação, não há que se falar em constrangimento ilegal.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a defesa que "as circunstâncias que justificariam a medida cautelar extrema não foram analisadas à luz dos artigos 312 e 313 do CPP; notadamente, porque, o magistrado singular adotou elementos constitutivos do tipo penal imputado, para decretar a prisão preventiva, desrespeitando, assim, as garantias processuais penais insculpidas na referida norma - agora, à luz da Lei 12.403 de 04/05/2011, vulnerando o art. 93, IX, da Constituição da República, materializando assim, a coação ilegal" (e-STJ fl. 97).

Alega que o recorrente é primário e "ainda que não fosse, não poderia haver supressão do direito, vez que lhes pode ser concedida a liberdade vinculada, aplicando-lhes medidas cautelares diversas da prisão" (e-STJ fl. 98).

Aduz que a prisão cautelar é desproporcional e não homogênea, pois há possibilidade de fixação de regime diverso do atual.

Diante disso, requer, liminarmente, que o recorrente possa aguardar em liberdade o julgamento deste recurso, com a expedição do salvo-conduto. No mérito, pede "a concessão da ordem, para revogar a prisão preventiva e permitir que o recorrente se defenda em liberdade, até o trânsito em julgado de eventual sentença

condenatória e, de eventuais recursos raros, para nossas cortes superiores, expedindo-se o competente alvará de soltura" (e-STJ fl. 105).

É, em síntese, o relatório.

No caso, o exame do alegado constrangimento confunde-se com a análise do próprio mérito da irresignação, a ser realizada oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em juízo de cognição sumária e perfunctória, não diviso ilegalidade flagrante a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque não se pode afirmar, nesta etapa inicial, que o encarceramento antecipado seja completamente despido de justificativas, porquanto mencionados fatos concretos pelas instâncias ordinárias que podem indicar a necessidade da custódia para a garantia da ordem pública, destacando o Tribunal local, em especial, o seguinte trecho da decisão que indeferiu a revogação da prisão preventiva: *"Compulsando os autos, verifico que os motivos ensejadores da prisão preventiva do réu ainda subsistem. Há prova da materialidade e indícios de autoria, que recaem sobre o denunciado. Não foi localizado no endereço indicado nos autos, sendo citado por edital, e só localizado após o cumprimento de seu mandado de prisão. Ao que consta dos autos é propenso ao cometimento de crimes, evidenciando-se o risco de que volte a incorrer na prática de ilícitos caso permaneça em liberdade"* (e-STJ fl. 89).

Em juízo de cognição sumária, portanto, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

